

PENSANDO A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA DIALÉTICA NEGATIVA DE THEODOR W. ADORNO

THINKING THE COMMUNITY UNIVERSITY IN THE PERSPECTIVE OF NEGATIVE DIALECTICS OF THEODOR W. ADORNO

Luiz Carlos Andrade de Aquino¹

Resumo

Este artigo, a partir de um estudo de caso – A Universidade do Vale do Paraíba, situada em São José dos Campos/SP - investiga a possibilidade da universidade comunitária, enfrentar os constrangimentos colocados pelo progressivo processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e, assim, contribuir para sua efetiva democratização. Com fundamento na dialética negativa de Theodor W. Adorno, buscou-se identificar a tensão entre o conceito da universidade comunitária (suas dimensões positivas e normativas) e as concepções que os diversos atores institucionais possuem sobre as práticas que realizam e sobre o papel comunitário da instituição. Com base em dados do Censo da Educação Superior do MEC/Inep, da legislação educacional brasileira e documentos institucionais da universidade pesquisada, além de entrevistas com os atores institucionais (Gestores, Conselheiros Externos, Coordenadores de Curso, Pesquisadores, Docentes e Funcionários), sugere-se que o agir universitário comunitário é um agir dialético, crítico à realidade dada e, por assim se constituir, possibilita pela crítica imanente a busca do ideal proclamado de uma educação comunitária. Assim, o caminho para a universidade construir sua identidade comunitária é ampliar a discussão e a participação da comunidade interna e externa na definição e execução das políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão, concebendo a universidade como uma instituição e não como uma organização, bem com a educação como um *direito* e não um *serviço*. Por fim, buscar compreender como a dialética do agir universitário comunitário contribui para o resgate do sentido eminentemente político e transformador da ação humana na relação educacional comunitária.

Palavras-chave: Universidade comunitária; mercantilização da educação; Theodor W. Adorno.

Abstract

This article, based on a case study - The University of Vale do Paraíba, located in São José dos Campos/SP - investigates the possibility of the community university, to face the constraints posed by the progressive process of commodification of Brazilian higher education and, thus, to contribute to its effective democratization. Based on the negative dialectic of Theodor W. Adorno, it was sought to identify the tension between the concept of the community university (its positive and normative dimensions) and the conceptions that the various institutional actors have about the practices they carry out and about the community's institution. Based on data from the MEC/Inep Higher Education Census, the Brazilian

¹ Universidade do Vale do Paraíba (Univap), São José dos Campos, Brasil, aquino@univap.br.

educational legislation and institutional documents of the researched university, as well as interviews with institutional actors (managers, external counselors, course coordinators, researchers, teachers and employees), suggests it is said that community university action is a dialectical action, critical to the given reality and, as it is constituted, makes possible by immanent criticism the pursuit of the proclaimed ideal of community education. Thus, the way for the university to build its community identity is to broaden the discussion and participation of the internal and external community in the definition and execution of institutional policies of teaching, research, extension and management, conceiving the university as an institution and not as an organization, as well as education as a right and not a service. Finally, seeking to understand the dialectics of community university action contributes to the recovery of the eminently political and transformative sense of human action in the community educational relationship.

Keywords: Community university; Commodification of education; Theodor W. Adorno.

Introdução

É possível a universidade comunitária, sem comprometer seus princípios institucionais, enfrentar os constrangimentos colocados pelo progressivo processo de privatização do ensino superior brasileiro e contribuir para sua efetiva democratização? Considerando esta questão, a pesquisa que ora apresentamos - resultado da tese de doutorado orientada pelo Prof. Dr. Bruno Pucci e defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimep/Piracicaba - se fundamenta na dialética negativa de Theodor W. Adorno e apresenta os resultados do estudo de caso da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), de São José dos Campos/SP, buscando compreender suas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão em tensão com seus postulados conceituais e teóricos. Mais especificamente, os objetivos foram:

- Identificar e compreender o conceito da UNIVAP enquanto universidade comunitária, através da análise da legislação educacional brasileira e dos seus documentos institucionais internos;
- Apurar e compreender as concepções dos diversos atores institucionais (gestores, coordenadores, docentes, pesquisadores, funcionários e conselheiros externos), sobre o papel comunitário da universidade e suas práticas;
- Caracterizar o agir universitário comunitário da UNIVAP como expressão das tensões presentes entre conceito e realidade, apontando os limites e as possibilidades de uma educação orientada à comunidade humana em contraposição à lógica do mercado.

Nossa hipótese foi que a possibilidade da universidade comunitária oferecer uma educação de qualidade e orientada à formação humana mais ampla, deve ser buscada pela compreensão do seu *agir universitário comunitário*. Constituído pela tensão entre *conceito* e *realidade* dessa instituição, sugerimos que este *agir* – expresso nos discursos de seus principais atores institucionais – ainda é capaz de revelar tanto as tendências que se contrapõem a uma educação meramente formal e orientada ao mercado de trabalho, quanto as tendências que reafirmam esta orientação mercantil. Assim, buscou-se identificar a tensão entre o conceito da universidade comunitária (suas dimensões positivas e normativas) e as concepções que os diversos atores institucionais possuem sobre as práticas que realizam e sobre o papel comunitário da instituição.

A pesquisa² se baseou em dados do Censo da Educação Superior do MEC/Inep, em análise da legislação educacional brasileira e de documentos institucionais da universidade pesquisada (Estatutos, Plano de Desenvolvimento Institucional etc.), em entrevistas com os atores institucionais (Gestores, Conselheiros Externos, Coordenadores de Curso, Pesquisadores, Docentes e Funcionários)³ e, ainda, em análise de conteúdo com base no modelo de análise temática e análise da enunciação de Bardin (2011). A investigação empírica se fundamentou nos seguintes métodos e técnicas de pesquisa: levantamento de dados quantitativos sobre as ICES com base no banco de dados do Censo da Educação Superior produzido pelo MEC/Inep; análise documental da legislação educacional brasileira (CF, LDB, Resoluções e Portarias etc.), bem como dos documentos institucionais da ICES e sua Mantenedora (Estatutos, PDI etc.); pesquisa bibliográfica sobre a literatura especializada referente à universidade comunitária no Brasil; entrevistas semiestruturadas (com questões abertas) e questionários com os atores institucionais da UNIVAP e, ainda, em análise de conteúdo realizada com base no modelo de *análise temática* e *análise da enunciação* apresentados por Bardin (2011). Além disso, foram analisados os seguintes documentos institucionais: Estatutos da FVE e da Univap, Planos de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno da Univap, Relatório Anual de Atividades e Relatório de Autoavaliação.

² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimep (Piracicaba), sob o protocolo nº 108/2015, de título “A Experiência formativa em uma universidade comunitária: análises a partir de T. W. Adorno”.

³ Foram realizadas 12 entrevistas (9 Gestores, compreendendo toda a alta administração da instituição (Presidente da Mantenedora, Reitor, Pró-reitores, Diretores de Faculdades e do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e, ainda, 3 Conselheiros Externos da Mantenedora, sorteados entre seus pares). Além disso, foram aplicados 8 questionários (2 Coordenadores de Curso sorteados entre seus pares; 2 Pesquisadores sorteados entre seus pares; 2 Docentes sorteados entre seus pares e 2 Funcionários sorteados entre seus pares).

Conceito, identidade e tensões da universidade comunitária

O marco legal que define a Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES) só foi instituído com a promulgação da Lei n.º 12.881, de 13/11/2013, que em seu Capítulo I declara:

Art. 1º. As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

I - estão constituídas na forma de **associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado**, inclusive as instituídas pelo poder público;

II - **patrimônio** pertencente a **entidades da sociedade civil e/ou poder público**;

III - **sem fins lucrativos**, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) **não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio** ou de suas rendas, a qualquer título;

b) **aplicam integralmente no país os seus recursos** na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) **mantêm escrituração de suas receitas e despesas** em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

IV - **transparência administrativa**, nos termos dos arts. 3º e 4º;

§ 3º. As Instituições Comunitárias de Educação Superior **ofertarão serviços gratuitos à população**, proporcionais aos recursos obtidos do poder público, conforme previsto em instrumento específico.

§ 4º. As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão **programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade**. (BRASIL, 2013, grifos nosso)

Conforme Vannucchi (2011), para além de qualquer marco legal, a identidade de uma universidade comunitária deve ser buscada: a) em seus documentos institucionais (estatutos, regimentos, plano de desenvolvimento institucional etc.) supondo que nesses documentos “[...] figurem o ideal e o ideário comunitário com toda a clareza e precisão possíveis, expressos, sem dubiedades, com o comprometimento ético, social e político,

concretizável, capilarmente, em todos os órgãos e setores” (p. 34); b) no enfoque dado à pesquisa “[...] marcada pelo empenho permanente de captar, interpretar e transformar a sociedade local e regional” (p. 35); c) em sua prática extensionista “[...] porque representa um dos compromissos mais vividos e mais visíveis, enquanto ação realmente comunitária e não simplesmente societária” (p. 35) e, ainda, d) caracterizada por uma gestão democrática e participativa. Enfim, conforme este autor define:

Universidade Comunitária é a universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes de professores, alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral. (VANNUCCHI, 2011, p. 37).

O processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira representa o maior desafio para que as universidades comunitárias consigam efetivamente realizar a missão a que se propõem e que, como defendem, as diferenciam do segmento privado com fins lucrativos. Operando dentro da lógica concorrencial de mercado, as instituições privadas com fins lucrativos impõem às comunitárias sérios constrangimentos, na medida em que, ao buscarem recursos para manter a sustentabilidade de suas atividades estas instituições, em muitos casos, acabam por se desviarem de suas finalidades originais.

Uma boa dimensão deste quadro de privatização/mercantilização da educação superior brasileira, constrangedor para as instituições de ensino superior comunitárias, encontra-se nos trabalhos de Valdemar Sguissardi (2008; 2014; 2015) que tem por objetivo compreender o atual *modelo de expansão* da educação superior no Brasil. Ao defender que este modelo se caracteriza fortemente pelos interesses privado/mercantis, este autor apresenta, entre outros, dois conjuntos de dados que devem ser ressaltados. Tratam-se da evolução e percentual do número de Instituições de Educação Superior (IES) e do número de matrículas neste setor por categoria administrativa. Reproduzimos, a seguir, as tabelas apresentadas no trabalho deste pesquisador.

Tabela1. Evolução e percentual do número de IES por categoria administrativa (pública, privada e particular)1999 a 2006

ANO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES						
	Total	Públicas	%	Privadas	%	Particulares	%
1999	1.097	192	17,5	379	34,5	526	48,0
2006	2.270	248	11,0	439	19,0	1.583	70,0
Var. %	107,0	29,2	-	16,0	-	200,0	-

Fonte: Mec/Inep. Censo da Educação Superior apud Sguissardi (2008, p.1002).

Tabela 2. Evolução e percentual do número de matrículas de educação superior por categoria administrativa (pública, privada e particular) – 1999 a 2006

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS						
	Total	Públicas	%	Privadas	%	Particulares	%
1999	2.369.945	832.022	35,0	886.561	37,4	651.362	27,8
2006	4.676.646	1.209.304	25,8	1.543.176	33,0	1.924.166	41,2
Var. %	97,3	45,0	-	74,0	-	195,0	-

Fonte: Mec/Inep. Censo da Educação Superior apud Sguissardi (2008, p.1002).

Considerando que no referido estudo as privadas representam as instituições sem fins lucrativos (onde se encontram as comunitárias), e as particulares as instituições com fins lucrativos, destacam-se aqui pelo menos duas tendências observadas pelo autor. Em primeiro lugar, pela Tabela 1 percebe-se o aumento expressivo do ritmo de expansão das particulares em detrimento do público e, ainda, a forte redução do ritmo de expansão das privadas (comunitárias). Outra tendência observável, agora na Tabela 2, em relação aos percentuais de crescimento das matrículas na educação superior brasileira, é assim descrita pelo autor: “No total, o aumento foi de 97,3%; no montante das públicas, 45%; no das privadas [onde se encontram as comunitárias], 74%; e no das particulares ou privado/mercantis, 195%!” (SGUISSARDI, 2008, p. 1003).

Temos, assim, em linhas gerais, uma expansão da educação superior que se caracteriza: a) por um expressivo aumento do número de instituições privadas com fins lucrativos, sobretudo dos Centros Universitários e Faculdades; b) por uma grande concentração de matrículas nas instituições de educação superior não universitárias com fins

lucrativos e, ainda, c) por um predomínio de grandes grupos privados educacionais na oferta de educação superior no país⁴.

Um primeiro e claro constrangimento à universidade comunitária está na diminuição de seu alunado, gerando, a partir disso um quadro de grandes desafios. Em relação à Univap, instituição objeto de nossa pesquisa, pelos dados por ela fornecidos, temos uma clara evidência da queda no número de seu alunado, como a Tabela 3, na sequência, deixa evidente, inclusive confirmando o declínio mais acentuado no número de matrículas a partir do ano de 2006, tendência essa já apontada para o conjunto das IES privadas sem fins lucrativos.

Tabela 3. Evolução das matrículas na Univap - 1992 a 2015

ANO	MATRÍCULAS	VAR. %
1992	3.216	
1995	5.662	76,0
1997	6.575	16,1
1999	9.236	40,4
2001	10.117	9,5
2003	11.546	14,1
2006	9.227	- 20,1
2007	8.698	- 5,7
2008	7.692	- 11,5
2009	7.191	- 6,5
2010	6.712	- 6,6
2011	6.050	- 9,8
2012	5.554	- 8,2
2013	4.612	- 16,9
2014	4.477	- 2,9
2015	4.183	- 6,5

⁴ Como noticiou o Jornal *O Estado de São Paulo*, uma pesquisa realizada pelo Observatório do Ensino do Direito, com base nos dados do *Censo da Educação Superior* de 2014, apontou que os oito maiores grupos educacionais privados que atuam no Brasil (Anhanguera, Anima, Estácio, Kroton, Ser, Devry, Laureate e Universidade Paulista) detém 27,8% das matrículas no ensino superior brasileiro. Ver Toledo (2016) em Referências.

Fonte: Tabela adaptada pelo autor a partir do Relatório Anual da Univap 2015 (UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 2016, p. 9).

Na tabela abaixo informamos a evolução das matrículas, comparativamente e entre os anos de 2010 e 2014, entre duas universidades comunitárias, uma delas a Univap, uma universidade pública municipal e outras quatro universidades privadas com fins lucrativos – todas estas privadas atuando no município de São José dos Campos e as demais em municípios próximos.

Tabela 4. Evolução das matrículas em diferentes instituições de ensino superior que atuam em São José dos Campos e região – 2010 e 2014

INSTITUIÇÕES (*)	2010	2014	VARIAÇÃO %
Privada com fins lucrativos 1	1.595	5.631	253,0
Privada com fins lucrativos 2	598	1.553	159,7
Privada com fins lucrativos 3	3.036	5.410	78,2
Privada com fins lucrativos 4	159.190	220.766	38,7
Pública Municipal	9.547	10.833	13,5
Comunitária Confessional	16.661	14.487	- 13,4
UNIVAP	6.278	4.477	-28,7

(*) Por razões éticas, não nomeamos aqui as instituições de ensino superior pesquisadas e utilizadas nesta Tabela para efeitos de comparação com a Univap.

Fonte: Mec/Inep. Censo da Educação Superior. Dados trabalhados pelo autor.

A gestão da universidade comunitária passa a ganhar enorme relevância conforme avança o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro. A administração dessas instituições se vê constrangida a adotar metodologias e processos oriundos do mundo empresarial, em nome da eficiência, flexibilidade e inovação, critérios estes que balizam a competição do mercado privado de bens e serviços. Ora, se partimos da concepção de que a educação é um bem público, não podemos afirmar que os modelos de gestão empresarial mercadológico sejam neutros e possam ser aplicados às universidades comunitárias sem que isso não produza distorções em suas finalidades institucionais. Aqui estamos diante de um dos maiores constrangimentos à universidade comunitária: sua indireta privatização a partir da

adoção de modelos empresariais em sua gestão. Como veremos, essa parece ser uma tendência também verificada na Univap.

Theodor W. Adorno: a dialética negativa e a semiformação iluminando a possibilidade de uma universidade comunitária

A dialética negativa de Adorno representa uma perspectiva filosófica em que a contradição não está voltada para uma positividade, mas, isto sim, para a negatividade: ao buscar na realidade os elementos que negam o conceito que pretende definir a realidade, a dialética negativa aponta para a possibilidade da realidade ser outra (ADORNO, 2009). Essa perspectiva abre a possibilidade de uma crítica imanente da realidade educacional comunitária, buscando compreender as tensões entre ideal e prática realmente produzida e, a partir delas, os limites e potenciais de transformação nela contidos. Por ser uma perspectiva filosófica capaz de se contrapor a uma simples descrição da realidade, ela nos parece fecunda em desvelar o domínio idealista que hoje se instalou na formação universitária, voltada hoje, quase que exclusivamente, para o mercado de trabalho.

Segundo Adorno (2010), o ideal burguês de autonomia pressupõe uma necessária formação cultural voltada à constituição de indivíduos livres numa sociedade sem exploração. No entanto, no capitalismo tardio e com o surgimento da indústria cultural, a formação torna-se semiformação ao se apresentar como adaptação e integração ao sistema liberal. Uma educação cada vez mais reduzida ao preparo para o mercado de trabalho representa a agudização do processo de semiformação.

Compreender a prática educacional de uma universidade comunitária é perceber as tensões entre adaptação e transformação que essa prática revela e, ainda, se essas tensões revelam a possibilidade de uma educação voltada à crítica da realidade em que está inserida, como forma de combater a semiformação.

Ao propormos a expressão *agir universitário comunitário*, sugerimos que o conjunto de ações praticadas pelos principais atores responsáveis pela prática universitária comunitária expressa a contradição entre conceito e realidade, contradição essa que a dialética negativa explicita ao propor uma crítica imanente que desvela a realidade e aponta para outra realidade possível. O *agir universitário comunitário* é aqui concebido como expressão da tensão entre as

seguintes dimensões que constituem esta realidade: uma *dimensão objetiva*: constituída tanto pelo crescente processo de mercantilização da educação superior em nosso país, quanto pelas normas e princípios expressos pela legislação e finalidades presentes nos documentos institucionais que caracterizam a universidade comunitária; e uma *dimensão subjetiva*: concepções, princípios e valores que os atores institucionais expressam em seu discurso quando instados a pensar sobre suas ações.

Destacamos aqui alguns pontos apurados em nossa pesquisa: a) desde sua criação, em 1992, o caráter comunitário da universidade é indicado, porém, o conteúdo e significado desse caráter não são explicitados nos documentos institucionais; b) o caráter centralizador da gestão da mantenedora e da universidade afastou, até o ano de 2011, a comunidade interna e externa das discussões e deliberações sobre a instituição e seu futuro; c) O *Plano de Desenvolvimento Institucional* (PDI) não foi fruto de ampla participação dos diversos segmentos da universidade ou mesmo da comunidade externa, dificultando a consolidação e difusão de uma identidade comunitária da universidade; d) o ensino e pesquisa são atividades ainda pouco articuladas com a atividade de extensão; e) a pesquisa na universidade está concentrada em áreas aplicadas e tecnológicas e poucos são os projetos de pesquisa orientados para a solução de problemas da comunidade local ou regional; f) a extensão universitária, a partir do ano de 2012 amplia suas atividades voltadas à comunidade externa. No entanto, muitas dessas atividades ainda se caracterizam por buscarem uma maior e melhor divulgação da imagem da instituição como forma de ampliar a captação de alunos.

Além disso, foram identificadas duas distintas concepções do papel comunitário da Univap, a saber: 1) A universidade como prestadora de serviços à comunidade (visão organizacional), numa via de mão única, ou seja, a universidade disponibiliza serviços à comunidade e 2) A universidade como instituição mais integrada à comunidade (visão institucional), numa relação de duplo caminho entre sociedade e universidade (visão minoritária). Conforme Chauí (2003), essas distintas concepções refletem claramente os efeitos das políticas educacionais surgidas no bojo da reforma do Estado nos anos 90 do século passado. Tal reforma, ao conceber a educação como um serviço e, com isso, alavancar o processo de mercantilização da educação superior brasileira, resultou no surgimento da distinção entre uma visão institucional e uma visão organizacional da universidade.

A relevância do papel comunitário da Univap é observada por todos os entrevistados, bem como a percepção de que esse papel ainda é insuficiente, parcialmente cumprido ou mesmo aquém do que a universidade poderia realizar. Ademais, os relatos indicam não haver

um consenso sobre qual é o papel comunitário e, muito menos, o compartilhamento dessa compreensão por toda a gestão e pelos diversos setores da instituição.

As razões de caráter externo que obstaculizam o cumprimento do papel comunitário, apontadas nos relatos foram: “o Estado e a sociedade não reconhecem o papel comunitário da UNIVAP”; “as políticas de educação para o ensino superior do Estado não favorecem as instituições comunitárias” e, ainda, “a insuficiente condição socioeconômica e cultural de boa parte de seu alunado”.

Por outro lado, as razões de caráter interno responsáveis pelo não cumprimento pleno do papel comunitário, também apontadas nos relatos, foram: “a ausência de uma compreensão clara e amplamente compartilhada, pelos diversos segmentos da universidade, sobre qual seria esse papel comunitário” e “o caráter centralizado e autoritário da administração da universidade e de sua mantenedora por um longo período de tempo”.

Para ampliar e consolidar o papel comunitário da instituição, segundo os entrevistados, o caminho a ser seguido é ampliar o diálogo interno para a construção de uma convergência em torno do que seria o papel comunitário da universidade (elaborar um PDI participativo), construir e consolidar uma imagem comunitária perante a sociedade e, ainda, buscar um maior envolvimento com a comunidade através de projetos sociais.

A forma como os atores institucionais relatam, como se expressam e como apontam os caminhos necessários para a universidade trilhar, revelam não somente um sentimento de insatisfação com a realidade, mas, também, a tensão entre o discurso teórico e conceitual (legal) da universidade comunitária e as práticas que realizam.

Segundo Adorno (2009) é essa permanência na negatividade que possibilita compreender o movimento histórico e contraditório da realidade, resgatando à filosofia os elementos não conceituais que nela se encontram, permitindo assim compreender tanto os limites quanto as possibilidades da universidade comunitária existir. Ao destacarmos, pelos relatos dos entrevistados, os elementos que afirmam e os que negam o papel comunitário da instituição, estamos apontando a *tensão* como constitutiva do *agir universitário comunitário*, como conteúdo em que é possível perceber a possibilidade da universidade comunitária existir.

A possibilidade da universidade comunitária existe se ela, pelos sujeitos que a constituem, souber fazer a crítica sobre seu papel e atuação. Os relatos dos entrevistados estão repletos de críticas ao papel comunitário da instituição, bem como críticas à forma centralizadora com que a instituição, por muito tempo, procurou formular suas políticas e

conduzir suas atividades. Essas críticas podem ser lidas como indicativos das tensões que esses atores vivenciam numa instituição comunitária que se encontra, cada vez mais, constrangida pelo avanço da mercantilização da educação superior em nosso país.

Considerações finais: a possibilidade da universidade comunitária

Se o conceito de universidade comunitária apresenta uma promessa que não se cumpre em sua inteireza, como vimos para a realidade aqui estudada, onde estaria a possibilidade da universidade ser comunitária?

O *agir universitário comunitário* é a ação humana que afirma e ao mesmo tempo nega a intencionalidade teórica e conceitual que a orienta. É um agir dialético. É um agir crítico à realidade dada e, por assim se constituir, possibilita, pela crítica imanente, a busca do ideal proclamado de uma educação comunitária. Parece não haver alternativa à universidade comunitária: ou ela constrói sua identidade ou sucumbe ao processo em curso de mercantilização da educação superior brasileira.

O caminho a ser trilhado pela instituição para construir e consolidar sua própria identidade, como muitos dos entrevistados apontam, é ampliar a discussão e a participação da comunidade interna e externa na definição e execução das políticas institucionais, não apenas nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão, mas, e em virtude do atual quadro de mercantilização da educação superior brasileira, na gestão da universidade e de sua mantenedora. Esse caminho deve ser trilhado visando construir uma identidade comunitária que conceba a universidade como uma *instituição* e não como uma *organização*, que conceba a educação como um *direito* e não um *serviço* e, ainda, onde a articulação entre ensino, pesquisa e extensão seja realizada pela maior integração da universidade com a comunidade. Nossa pesquisa sugere que compreender o *agir universitário comunitário* possibilita o resgate do sentido eminentemente político e transformador da ação humana como forma de construir esse caminho.

Referências

ADORNO, T. W. **Teoria da semiformação**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). *Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n.º 12.881, de 13 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm>. Acesso em: 02 fev. 2015.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, 2003.

FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO. **Estatuto**. São José dos Campos, SP: Fundação Valeparaibana de Ensino, 2011.

PUCCI, B. A dialética negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. **Revista e-curriculum**. São Paulo: PUC, v. 8, n. 1, abril de 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9030>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

_____. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

_____. Educação superior no Brasil. democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 34, n. 124, p. 943-960, 2015.

TOLEDO, L. F. Só 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 8 jun. 2016. Educação. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior,10000055857>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Estatuto da Universidade do Vale do Paraíba**. São José dos Campos: Univap, 1992.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2011-2015**. São José dos Campos: Univap, 2010.

_____. **Relatório anual da Univap 2015**. São José dos Campos: Univap, 2016.

_____. **Relatório de autoavaliação institucional 2015**. São José dos Campos: Univap, 2016c.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária** - o que é, como se faz. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2011.